

## Relatório da Conferência Parlamentar sobre o Diálogo Inter-Religioso

(Roma, Itália, 19-21/06/2025)

1. 19/07 - A Conferência Parlamentar sobre o Diálogo Inter-Religioso teve lugar no plenário da Câmara dos Deputados da Itália – Palácio de Montecitório, de 19 a 21 de junho de 2025 e contou com a participação de parlamentares de aproximadamente 100 países membros da UIP, além de Presidentes de Parlamentos, líderes religiosos, experts das Nações Unidas e representantes da sociedade civil. A Conferência foi organizada pela União Interparlamentar e o Parlamento da Itália, com o apoio da organização Religiões pela Paz.

2. A delegação brasileira foi chefiada pelo Senador Ciro Nogueira e integrada pelo Senador Flávio Bolsonaro e eu, Átila Lins e Silvia Cabral, secretária da delegação.

3. A cerimônia oficial de abertura contou com discursos do Presidente da Câmara dos Deputados da Itália, Lourenzo Fontana, do Presidente do Senado da Itália, Ignazio La Russa, o Arcebispo responsável pelo Jubileu 2025, Rino Fisichella, assim como a Presidente da UIP, Tulia Ackson, que destacou o momento de instabilidades e conflitos que o mundo está enfrentando. O Arcebispo Fisichella afirmou estarem gratos por terem escolhido este momento para o encontro e que “a tragédia não deveria estar em nosso vocabulário”. Após a cerimônia de abertura, houve a realização de um painel de alto nível em religião e crença, onde os parlamentares ouviram palavras de um cardeal, Presidente do Dicastério para o Diálogo Inter-Religioso no Vaticano, um rabino (por vídeo), um arcebispo da igreja Ortodoxa, entre outros.

4. O tema geral da Conferência foi “Fortalecer a confiança e abraçar a esperança em nosso futuro comum.” Paralelamente ao debate no plenário sobre o tema geral, foram realizadas sessões de trabalho temáticas onde foram abordados temas como a promoção da coexistência pacífica e a defesa das minorias religiosas.



5. 20/07 - O segundo dia Conferência começou com a apresentação, pela Presidente da UIP, Tulia Ackson, do Relatório Parlamentar sobre Religião e Crença. Entre várias recomendações, o Relatório sugere o engajamento da diplomacia parlamentar para promover o diálogo inter-religioso e intercultural através de diálogos públicos.

6. Em seguida, houve a continuidade do Debate Geral. Oportunidade em que proferi, em nome da delegação meu discurso, reafirmando o compromisso de construir um futuro comum baseado em confiança mútua, respeito e esperança. expondo que o Brasil é uma nação plural onde tradições milenares, crenças diversas e “uma rica história de expressão de fé coexistem”,e que “religião e democracia não se excluem, mas se complementam porque ambas se assentam na ideia de respeito ao outro, na ideia de alteridade”. (discurso em anexo).

7. No final do segundo dia, foi adotado o Comunicado de Roma com diversas recomendações. Parlamentares e líderes religiosos condenam o uso indevido da religião ou crença para incitar ódio ou violência. O Comunicado enfatiza que o diálogo inter-religioso – baseado na dignidade humana, inclusão e respeito ao Estado de Direito – pode prevenir divisões, promover a cura e construir confiança entre as comunidades. Ele também incentiva os parlamentos a empreenderem ações para fortalecer as disposições sobre liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença, combater o discurso de ódio, combater as ameaças digitais à democracia e à dignidade humana, incluindo a desinformação, promover uma liderança ética enraizada na justiça, integridade, humildade e bem comum.

8. A Conferência encerrou no dia 21 de junho com a audiência com o Papa Leão XIV. A delegação brasileira participou da audiência, onde os representantes da União Interparlamentar e do Parlamento da Itália entregaram o Comunicado de Roma para o Papa. O Papa Leão XIV agradeceu e afirmou prazer de receber todos. O Papa fez várias reflexões sobre os debates realizados e destacou que a “ação política pode fazer muito, promovendo condições para uma efetiva liberdade religiosa e construtiva entre as diferentes comunidades religiosas”.

**Deputado Claudio Cajado –PP-BA**



## DISCURSO

O Sr. CLAUDIO CAJADO (PP-BA) pronuncia o seguinte discurso:

Excelentíssimas autoridades, ilustres parlamentares, dignos representantes religiosos, senhoras e senhores acadêmicos e membros da sociedade civil,

É uma honra participar desta Segunda Conferência Parlamentar sobre o Diálogo Inter-religioso, espaço salutar de debates onde podemos, numa união pacífica e profícua entre política e religião, reafirmar nosso compromisso com a construção de um futuro comum baseado na confiança mútua, no respeito e na esperança.

Gostaria de trazer brevemente aqui a experiência brasileira no trato da relação entre Estado e religião, cujo caso, me parece, é exemplar.

Como é sabido, somos uma nação plural. Em nosso território coexistem tradições milenares, crenças diversas e uma rica tapeçaria de expressões de fé.

Essa diversidade não é apenas tolerada, mas protegida por um sólido aparato jurídico que garante a liberdade de crença, o livre exercício dos cultos e a proteção dos locais e das práticas religiosas.

A nossa Constituição é clara ao assegurar a laicidade do Estado, mas também ao proteger, com vigor, o direito de cada cidadão professar sua fé. Ela efetivamente determina uma atuação estatal para garantir que todos os brasileiros tenham acesso à assistência religiosa, tida como um direito fundamental.

Assim, apesar de vedar qualquer relação de dependência entre o Estado e as religiões, o Brasil alberga, em nome do interesse público, a colaboração entre ambos.



**Nossa Constituição proíbe ainda a cobrança de impostos sobre templos de qualquer culto, reconhece o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e garante o direito à assistência espiritual em hospitais, prisões e instituições de acolhimento.**

**Ao lado disso, leis infraconstitucionais punem atos de intolerância religiosa, regulamentam a escusa de consciência para fiéis em dias sagrados e, mais recentemente, tipificam crimes de racismo religioso e de injúria motivada por crença.**

**Esses avanços legislativos reforçam a mensagem clara, dada pelo nosso Parlamento, de que o Brasil não tolera o ódio travestido de opinião, nem o preconceito disfarçado de crítica.**

**No âmbito da Câmara dos Deputados, órgão que tenho a honra de aqui representar, o tema da convivência pacífica entre religiões e do combate à intolerância tem mobilizado uma série de iniciativas. Estão em tramitação propostas para ampliar a proteção penal contra crimes praticados em templos, expandir o acesso à assistência religiosa em espaços públicos e privados, e assegurar o respeito às diferentes convicções no ambiente escolar e nas relações de trabalho.**

**Além disso, realizamos periodicamente sessões solenes em homenagem às diversas tradições de fé, promovemos audiências públicas sobre direitos humanos e diversidade religiosa, e mantemos ativas frentes parlamentares dedicadas ao diálogo com segmentos religiosos.**

**O povo brasileiro, senhoras e senhores, é profundamente religioso, e entendemos que essa religiosidade não só pode, como deve ressoar nas instâncias de sua representação. A religião é talvez o fator que mais influencie na visão de mundo, nos valores e no projeto de sociedade que as pessoas esposam. E isso é um dado incontornável.**

**Não parece adequado, portanto, fechar os olhos para essa realidade e fingir que ela não existe, tentando sanear completamente os canais de representação política da**



**população da religiosidade que nela se manifesta de maneira tão intensa, natural e legítima.**

**Por isso, dar lugar à expressão religiosa nos Parlamentos é plenamente possível e adequado, conquanto que, repita-se, não se queira, por isso, reprimir ou escantear as religiões (e as não-religiões) minoritárias.**

**Religião e democracia não se excluem, mas se complementam, precisamente porque ambas se assentam na ideia de respeito ao outro, na ideia de alteridade.**

**Tanto a religião quanto a política que se afastam dessa premissa estão deturpadas. Quando isso ocorre, a abordagem não pode ser a busca pela supressão de uma delas ou pela separação entre ambas, mas uma reorientação, pelo diálogo, para a convivência harmoniosa.**

**Ao olharmos para o futuro, é imprescindível que o Parlamento continue a ser um espaço de escuta ativa e diálogo constante com a sociedade e suas diversas comunidades religiosas. Esse tratamento respeitoso dado à diferença pelos parlamentares serve, ademais, como exemplo para a população, que nos observa atentamente.**

**Que avancemos na construção de pontes e não de muros, na defesa da paz e não do conflito.**

**Reconhecer que o outro tem direito à sua fé, para que eu tenha direito à minha, é fortalecer a confiança. E fazer do diálogo uma prática institucional em constante evolução é abraçar a esperança. É com esse espírito que reafirmamos, hoje, nosso compromisso com um futuro mais justo, plural e fraterno.**

**Muito obrigado.**

**DEPUTADO CLAUDIO CAJADO**





Documento assinado por:  
10/07/2025 15:25 - Dep. CLAUDIO CAJADO  
Selo digital de segurança: 2025-UNQD-GIVM-GOCR-GWAF



Com a presidente mundial da UIP,  
Tulia Ackson, e o deputado Átila Lins



Com a presidente mundial da UIP -  
Mulheres, Senadora Cynthia Castro





Ao lado do senador Ciro Nogueira e do deputado Átila Lins, durante o coquetel de boas-vindas da delegação brasileira da UIP, na Embaixada do Brasil em Roma

Cláudio  
**Cajado**  
DEPUTADO FEDERAL





- Deputado Claudio Cajado



Documento assinado por:  
10/07/2025 15:25 - Dep. CLAUDIO CAJADO  
Selo digital de segurança: 2025-UNQD-GIVM-GOCR-GWAF



Deputado Claudio Cajado, Sra. Tulia Ackson - Presidente da União Interparlamentar,  
Deputado Átila Lins





Deputado Átila Lins, Deputado Cláudio Cajado e Senador Flávio Bolsonaro

